REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

CIDADES DO PORTAL

ARTIGO

SANTO ESTEVÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA CIDADE PEQUENA

SANTO ESTEVÃO: CONTEXTUALIZATION OF A SMALL CITY

PATRÍCIA DOS SANTOS FRANCISCO

Graduada em Geografia/UEFS. E-mail: pathy18geografa40@gmail.com

RESUMO

Estudar sobre cidades pequenas é fundamental para compreender a dinâmica das mesmas. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão teórico-conceitual a respeito de cidades pequenas e enfatizar as mudanças socioeconômicas ocorridas na cidade de Santo Estevão, nas últimas décadas. Para isso, buscou-se enfatizar conceito de pequena cidade e os critérios adotados para se definir a mesma. Foram utilizados dados do IBGE para demonstrar as mudanças ocorridas na estrutura econômica e social da cidade de Santo Estevão, o que demonstra que essa apresenta crescimento populacional, urbano e econômico significantes. O estudo também despontou a carência de estudo no ramo da ciência geográfica a respeito das cidades pequenas, uma vez que os estudos sobre essa temática estão sempre voltados aos grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Cidades pequenas, mudanças econômicas e sociais.

ABSTRACT

Studying small cities is fundamental to understanding the dynamics of small cities. The present article aims to present a theoretical-conceptual discussion about small cities and to emphasize the socioeconomic changes that occurred in the city of Santo Estevão in the last decades. For this, we tried to emphasize the concept of small town and the criteria adopted to define the same. Data from the IBGE were used to demonstrate the changes in the economic and social structure of the city of Santo Estevão, which shows that it has significant population, urban and economic growth. The study also highlighted the lack of geographic science studies in small cities, since studies on this theme are always geared towards large urban centers.

Keywords: Small towns, changes, economic, social.

INTRODUÇÃO

As cidades pequenas cada vez mais têm conquistado espaços no que diz respeito ao cenário socioeconômico, principalmente, nas últimas décadas, nas quais o país passou por mudanças no seu contexto políticos e econômicas. Isso implicou numa maior participação das cidades pequenas na economia e, evidentemente, na prestação de serviços, o que tornou algumas delas relativamente menos dependes dos

serviços oferecidos nas grandes e médias cidades. Partindo desse princípio, este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica-conceitual a respeito das cidades pequenas e demonstrar as mudanças nas suas estruturas econômica e social, especialmente, no município de Santo Estevão.

Nesse contexto, o presente texto busca contribuir com os estudos dessa vertente, as cidades pequenas, uma vez que a maioria de trabalhos científicos sobre o espaço urbano ainda são voltados para as grandes e médias cidades

e para as metrópoles. Isso compromete a compreensão das características sociais, econômicas e dos desafios enfrentados pela população dos espaços urbanos de pequeno porte.

Para refletir sobre a dinâmica da área urbana em questão, primeiramente, buscou-se compreender o conceito de pequenas cidades. Análise de documentos, como leis municipais, artigos científicos e livros, foram procedimentos metodológicos que permitiram compreender Santo Estevão e sua atual lógica como cidade pequena. Dados disponibilizados pelo IBGE também foram utilizados para alcançar o objetivo proposto.

O presente artigo encontra-se estruturado em três tópicos. O primeiro apresenta a discussão teórica a respeito de pequenas cidades. No segundo, são apresentados os dados que permitem aprofundar sobre as mudanças sociais e econômicas de Santo Estevão. Por fim, o terceiro tópico, com as considerações sobre o presente texto.

CIDADES PEQUENAS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA-CONCEITUAL

As pequenas cidades, assim como as grandes e médias, são formadas por particularidades que tornam o seu estudo tão necessário quanto os das demais. No entanto, na literatura brasileira, mesmo que muitos avanços tenham ocorrido nas últimas duas décadas, ainda são poucos os estudos voltados a esses espaços. Autores como Santos (1979), Corrêa (1999), Fresca (2010), Damiani (2006), dentre outros, têm contribuído com tais estudos. Por meio desses autores, buscou-se caracterizar e definir a cidade pequena, para melhor compreender Santo Estevão.

A definição conceitual de cidade pequena é um desafio para os autores que a estuda. Em suas pesquisas, esses adotam critérios para melhor conceituá-la, porque são espaços formados por peculiaridades distintas e podem desenvolver funções diferentes no espaço urbano. São critérios que variam de acordo com a concepção e elementos considerados como importantes no estudo da mesma.

O primeiro a considerar é a densidade demográfica, adotado segundo Santos (1979) pelos países e também pela Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, para autor, adotar o volume da população para caracterizar diferentes espaços é incorrer no perigo de generalização. Santos faz essa observação pelo fato das cidades serem formadas por processos históricos diferentes, que implicam nas características das mesmas.

Em paralelo, Damiani (2006), ao referir-se ao tamanho da população urbana para determinar uma cidade como sendo pequena, alerta sobre o risco de contradições, já que, para a autora, as cidades pequenas não são homogêneas, portanto, devem ser considerados outros elementos para classificar e conceituá-las, pois, como afirma Fresca;

Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes.

Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena, (FRESCA, 2010, p. 76).

Por meio das observações da autora, mais do que o aspecto quantitativo, devem ser inseridos no estudo da cidade pequena os elementos particulares e considerar seus papéis e funções, para se evitar generalização. Nessa perceptiva, Santos usa o termo de cidades locais para se referir a cidade pequena. De acordo com o autor, a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço da atividade primeira. Assim, poderíamos então definir a cidade local como aglomeração capaz de responder necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função essa que implica uma vida de relações (SANTOS, 1979).

Para tanto, o uso de cidades locais para definir a cidade pequena não se acomoda a atual a realidade das cidades brasileiras, visto que a expansão das mesmas por todo território nacional tem adquirido novas características. Seria o caso, então, de se pensar nas cidades pequenas que possuem um número significativo de moradores, mas que ainda não atendem a todas as necessidades básicas de sua população.

Frente a isso, Fresca (2006) afirma que cabe o uso da expressão pequena cidade para aquelas que não são cidades locais. Para a autora, no grupo de cidades pequenas pode-se encontrar desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas, até aquelas onde funções urbanas são mais complexas, o que reflete, inclusive, diferenças do ponto de vista populacional e manifestam realidades muito distintas. Assim, para se caracterizar uma cidade como sendo pequena é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região.

Nessa perspectiva, a função e o papel da cidade são elementos fundamentais a serem considerados no estudo da cidade pequena. Além disso, outros aspectos devem ser julgados como importantes, tais como os observados por Corrêa (2011). O autor sopesa para além desses: a origem, sendo essa o resultado de inúmeros processos formativos; a função, na qual a sua população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços; o poder político-administrativo; e a centralidade, elemento esse que pode melhor definir a pequena cidade do que em termos de tamanho demográfico.

Por esse viés, a pequena cidade possui diferentes elementos que a permitem classificar e conceituá-la sem generalizações, na medida que se tome como pressuposto

tais elementos no estudo. Neste artigo, serão utilizados tais elementos para definir a cidade objeto de estudo, porque, em se tratando das cidades do Estado da Bahia, essa definição torna-se mais delicada, por apresentarem características distintas, mas, sobretudo, por possuírem semelhanças em termos demográficos entre muitas cidades do território estadual. Nesse sentido, Lopes considera que.

A história do conjunto de processos sociais, demográficos, econômicos, políticos e outros permite compreender, ao menos de modo aproximado, como as diferenças entre elas se estabeleceram e acentuaram. A ocupação da Bahia começou pelo litoral, onde surgiram os primeiros assentamentos que, posteriormente, deram origem a diversas cidades de variada importância. Parte delas se fortaleceu por conta do comércio com a metrópole portuguesa e parte, pelo apoio à agricultura especialmente a canavieira, (LOPES, 2010, p. 89).

Como coloca a autora, as cidades do Estado da Bahia foram formadas por diferentes fases econômicas, o que resultou em diferenciações socioespaciais do/no território e influenciou também na dinâmica social de seus espaços urbanos. Ao realizar estudos sobre a dinâmica das cidades do semiárido baiano, a autora constata que das 257 cidades baianas do semiárido, 187 (72,54%) têm menos de dez mil habitantes e guardam muitas diferenças entre si, seja no tamanho da população, no ritmo de crescimento, nos serviços que oferecem, na posição que ocupam na rede de urbana ou nas escalas comparativas dos indicadores econômicos e sociais. Existem também diferenças intraurbanas de ordem social, econômica, ambiental e cultural (LOPES, 2010).

Esses fatores também se encontram associados ao processo de globalização, que, segundo Corrêa (1999), se manifesta de diferentes modos e por intermédio de diversos agentes sociais, o que permitiu a criação de novos núcleos urbanos em áreas que passaram a integrar o espaço globalizado. Para Damiani (2006), esse processo modernizador enquanto técnica do capital impôs diferenças temporais e espaciais, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas.

Esses contrastes, por sua vez, implicam em espaços diferenciados, o que contribui para que as cidades desenvolvam funções e papéis individualizados dentro da rede urbana. É relevante então compreender as marcas das cidades pequenas e as características que as englobam, para evitar incoerências conceituais.

Como no estudo da pequena cidade, o elemento demográfico é um dos principais indicadores sociais considerados. Entretanto, para Soares (2010), esse critério, ainda muito utilizado para classificação de cidades, não consegue dar conta da sua realidade, pois inclui, em uma mesma categoria, cidades muito diversas. Sendo assim, esse deverá ser estabelecido em conformidade com as particularidades regionais. Diante disso, compreende-se que os parâmetros considerados para a definir cidades pequenas e os termos quantitativos e qualitativos são os elementos que melhor

permitem a definição das categorias dessas cidades. Assim, é de extrema relevância entender algumas características que permitem diferenciar os espaços.

Como já foi discutido anteriormente, o primeiro critério considerado para categorizar uma cidade é o termo demográfico. Sendo assim, qual o número de habitantes que caracteriza a cidade pequena? O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) determina como contingente populacional para a classe de cidades aquelas que possuem até 20.000 habitantes. (MAIA, 2005).

Para além do volume demográfico, a pequena cidade pode ser analisada por meio da função e do papel desenvolvidos no seu território circunvizinho. Segundo Corrêa (2011), a pequena cidade se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias.

Em termos econômicos, a pequena cidade possui um traço significativo. Esse fato pode ser explicado com base em Soares (2010), ao afirmar que, no Brasil, ao mesmo tempo em que as cidades médias dinamizam vários pontos do território, elas também capitalizam os recursos dos centros urbanos vizinhos, as pequenas cidades. Enquanto muitos deles enfrentam precárias condições de existência, as cidades médias polarizam atividades e recursos e, consequentemente, promovem o esvaziamento de funções tradicionais em outras cidades de seu entorno. Desse modo, os espaços da cidade média cada vez mais se sofisticam e se diversificam, enquanto grande parte dos centros menores se vê privada de equipamentos, empregos e condições de vida. Porém, a autora acrescenta.

Mesmo assim, constata-se, que nas pequenas cidades ainda existem importantes fatores de produção que, às vezes, não estão mais presentes nas grandes e médias cidades tais como matéria-prima, mão-de-obra barata e por vezes qualificada, proximidades aos mercados rurais e baixos custos dos terrenos, entre outros fatores atrativos de cunho cultural, social e ambiental. (SOARES, 2010, p. 6).

A colocação da autora remete a compreensão de que a organização socioespacial das cidades pequenas está associada ao mundo rural, na medida que as relações das mesmas estão atreladas ao campo, seja como atividade econômica ou fornecedora de matérias primas para a cidade. Sendo assim, para caracterizar a cidade pequena é necessário também considerar a relação campo-cidade.

Com base na discussão exposta, compreende-se que existem vários elementos que permitem definir as cidades pequenas, mesmo o seu estudo na literatura brasileira não fornecer um conceito único. Assim, ao realizar estudos a respeito da mesma, é necessário pensar para além do seu volume demográfico, é preciso considerar a sua inserção na rede urbana, seu papel e sua influência sobre a sua hinterlândia.

Diante da análise e da discussão notória, Santo Estevão pode ser considerada como uma cidade pequena. Ao tomar como parâmetro as considerações dos autores supracitados, essa possui atributos que permitem a sua inserção em tal categoria.

Localizada na Microrregião Geográfica de Feira Santana, Santo Estevão, como mostra a Mapa 1, tem como municípios limítrofes Rafael Jambeiro, ao sul; Ipecaetá, a oeste; Antônio Cardoso, ao nordeste; e Cabaceiras do Paraguaçu, a leste. Em 2010, possuía uma população de 47. 880 habitantes, de acordo com IBGE (2010). Em 2015, segundo dados do IBGE (2015), sua população foi estimada em 53. 193 habitantes e uma área que equivale a 363,961 mil km².

Sua economia encontra-se fundamentada nos setores primários, secundários e terciário, sendo esse último o mais importante, isto porque as cidades e áreas rurais circunvizinhas, por não possuírem muito desses serviços e atividades comerciais, tornam-se consumidoras e sofrem influência da cidade. Cabe ressaltar que Santo Estevão obteve um novo crescimento econômico a partir de 2001, em função da implantação de uma grande fábrica de calçados, antes denominada de Dilly Calçados, que atualmente faz parte de um grande grupo empresarial, o Dass Clássico.

SANTO ESTEVÃO: UMA PEQUENA CIDADE SEUS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A reestruturação econômica, sobretudo, após a instalação da fábrica de calçados a Dass, em 2001, incorporou nova dinâmica econômica e fez com que a cidade de Santo Estevão se tornasse atrativa para investimentos econômicos, o que terminou uma nova configuração espacial da mesma.

É importante destacar que o investimento de empresas na cidade também se encontra relacionado a localização geográfica do município. Além do mais, as cidades vizinhas que não possuem muitos dos serviços e atividades comerciais que são oferecidos em Santo Estevão tornaram-se consumidoras dos ofícios disponibilizados na mesma, o que fortalece a economia local. No entanto, é necessário atentar-se para as transformações espaciais impostas pelos novos sistemas produtivos. O crescimento econômico, a partir de 2001, fez com que Santo Estevão passasse a apresentar, na última década, um crescimento significativo.

Historicamente, o município de Santo Estevão, segundo informações do IBGE (1958), começou a sua ocupação no município no ano de 1739, quando um padre português, chamado José da Costa Almeida, saiu em busca de

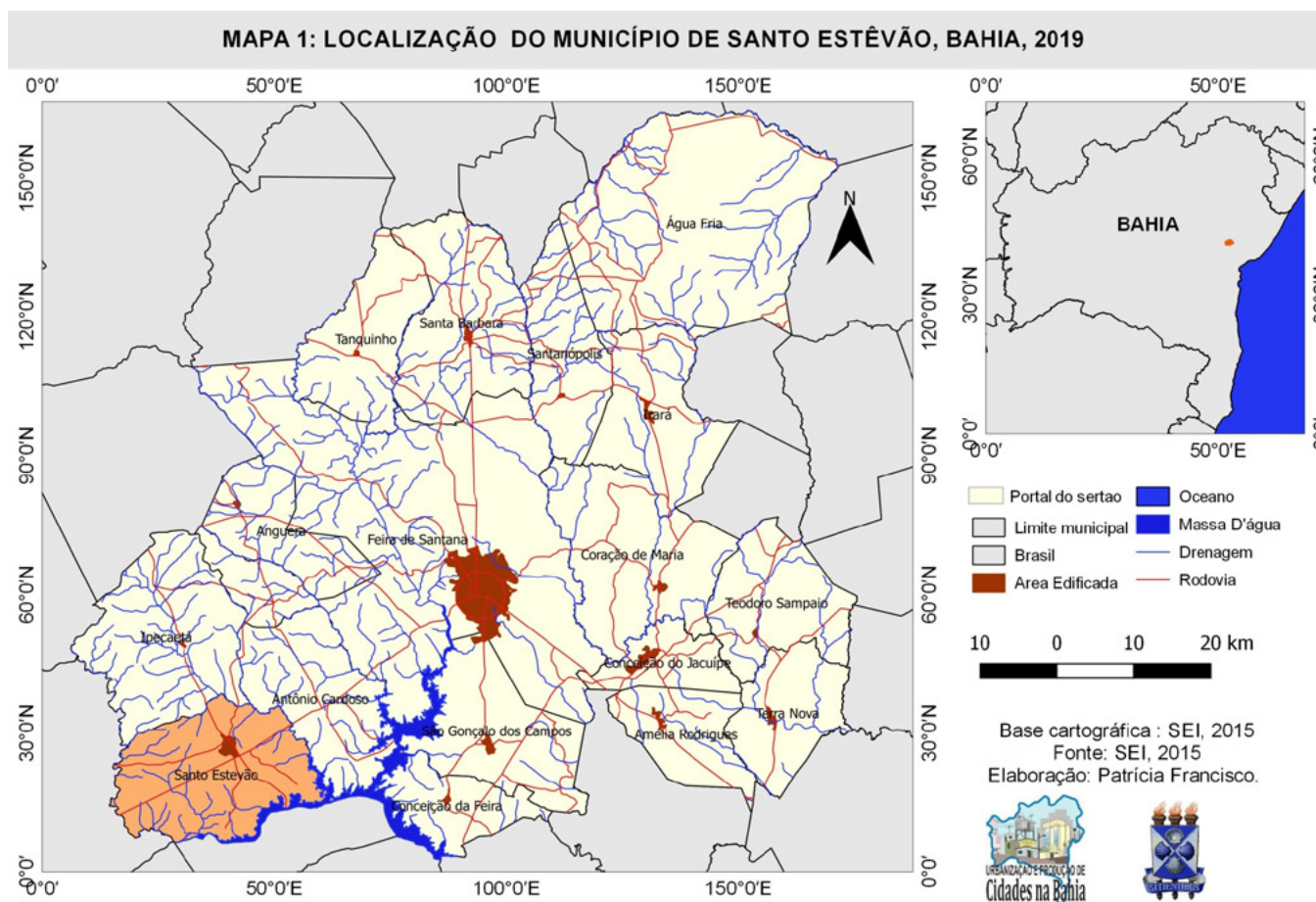


Figura 1 - Mapa: Localização de Santo Estevão-BA, 2019.

água para o seu rebanho e acampou nas terras do município. Em 1757, iniciou o primeiro povoado, o que deu origem de fato a ocupação de suas terras. Até sua emancipação, em 21 de setembro 1921, pertenceu administrativamente ao município de Cachoeira.

Segundo o IBGE, em 1950, o município compunha-se por dois aglomerados urbanos com a seguinte população: cidade de Santo Estevão, com 1437 habitantes, e a vila de Ipecaetá, com 142. A população da cidade de Santo Estevão, estimada para 1957, era de 1800 habitantes (IBGE, 1958).

Nesse período, a economia do município estava voltada para o setor primário, tendo como principais atividades a agricultura, a pecuária e silvicultura. A produção do fumo era a sua principal atividade econômica. No entanto, o cultivo do feijão, milho e mandioca também estavam presentes na produção agrícola municipal. Essa produção era escoada para Feira de Santana, Cruz das Almas e São Feliz, os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município (IBGE, 1958).

A indústria também fazia presente na produção econômica do município. Segundo o IBGE (1958), a produção industrial alcançou, no ano de 1955, 5 milhões de cruzeiros, tendo a indústria de transformação contribuído com 4,093 milhares de cruzeiros, aparecendo em primeiro lugar a produção de farinha de mandioca, com 74% do valor total da produção. A contribuição da indústria extrativa foi da ordem dos 1,038 milhares de cruzeiros e teve como principal atividade a extração de 41,000 metros cúbicos de lenha no valor de 902 milhares de cruzeiros.

A expansão da economia industrial estimulou a necessidade de outros serviços que foram importantes para o processo de urbanização do município. De acordo com informações do IBGE (1958), Santo Estevão passou a ser servido por uma empresa de transporte rodoviário para passageiros, com viagens diárias, e contar com uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, sediada na cidade, o que aponta o começo de novos rumos na urbanização.

Além desses indicadores de sua urbanização, a consolidação do comércio local, com transações para outros municípios, como Feira de Santana e Salvador, por meio de comercialização de fumo, estimulou a formação de estabelecimentos de comércios varejistas. Em meio a expansão comercial, serviços públicos, como energia elétrica, também marcam o processo de urbanização.

Ao analisar as informações históricas do município, entende-se que seu processo de urbanização foi estimulado devido ao comércio local. No entanto, até a década de 1990, esse não foi suficiente para que o município pudesse alcançar crescimento econômico e social de forma expressiva. De acordo com Oliveira (2014), na década de 1990, a atividade comercial na cidade possuía uma dimensão limitada, no que se refere a diversidade e ao mercado consumidor atendido. Segundo o autor, a compra e venda de produtos e alimentos

diversos eram feitas em pequenas mercearias ou na feira livre local, que se realiza aos dias de sábado. Não existiam lojas ou supermercados que fossem filiais de outras empresas e que se articulassem a um conjunto de outras lojas espalhadas pelo país ou pelo estado da Bahia.

Em 2001, o município passou a vivenciar uma nova dinâmica comercial, em decorrência da instalação da fábrica de calçados Dass Clássico. Para Oliveira (2014), no período anterior à instalação da fábrica a circulação de mercadorias e a atividade econômica eram menos expressivas e os serviços menos diversificados, com uma área comercial que dificilmente ultrapassava os limites do município.

A partir de então, Santo Estevão, cuja atividade comercial era limitada, passou a desenvolver relações comerciais com os seus municípios circunvizinhos e tornou-se atrativa como fonte de renda dessa população. Em decorrência dessa importância econômica, a cidade começou a ser umas das principais opções para sua população rural e dos municípios próximos, em busca de emprego, principalmente na fábrica de calçados.

Em paralelo, a cidade começa a apresentar um crescimento econômico e urbano significativo. Oliveira (2014), ao realizar estudo sobre as implicações socioespaciais da fábrica na cidade, constata a intensificação e o crescimento dos fluxos comerciais, juntamente com adensamento populacional urbano. Com informações da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o mesmo também chama a atenção para o crescimento de empresas comerciais devido ao aumento do potencial de consumo registrado nos últimos anos na cidade.

A Tabela 1 demonstra o crescimento da população total de Santo Estevão, entre 1940 a 2010. Referente ao crescimento geométrico anual, o maior índice é apresentado entre as décadas de 1950 a 1960. Certamente, marcado pelo fato do município possuir, nesse período, expressiva atividade primária com produção de fumo. Esse indicativo,

Tabela 1 - Santo Estevão: Taxa de crescimento geométrico anual, Taxa de crescimento decenal e incremento da população total¹, 1940-2010

Períodos	Dados Percentuais		Dados Absolutos
	Crescimento geométrico anual	Crescimento decenal	Incremento decenal
1940-1950	1,90	20,67	5.423
1950-1960	1,23	13,02	4.122
1960-1970	-3,37	-29,00	-10.377
1970-1980	1,96	21,46	5.453
1980-1991	1,66	19,91	6.144
1991-2000	1,18	11,18	4.138
2000-2010	1,53	16,37	6.735

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Notas: 1 - Dados da população total do município; ou seja, todas às pessoas que vivem no município.

evidentemente, contribuiu para que apresentasse maior crescimento anual nesses anos. Entretanto, a redução desses números nos demais períodos pode estar associada ao fato do município ainda não ter uma economia consolidada, de modo que permitisse o crescimento de sua população.

Em relação ao crescimento decimal, nota-se que o município obteve seu maior valor nos períodos de 1980 e entre 1940 a 1950. Quanto ao seu crescimento absoluto, os períodos de 2000 a 2010 alcançaram maiores índices, o que deve estar associado às mudanças apresentadas na economia municipal, por meio da instalação de lojas e prestações de serviços em decorrência da instalação da fábrica de calçado, DASS.

Entretanto, comparado ao crescimento total da população do município, o crescimento da população rural foi pouco expressivo. Os números da Tabela 2 mostram que por vários períodos o crescimento foi negativo. Dados que estão relacionados, certamente, ao êxodo rural, sobretudo a partir da década de 2000, pois entre 1950 e 1960 relacionou-se à emancipação de municípios.

Tabela 2 - Santo Estevão: Taxa de crescimento geométrico anual, Taxa de crescimento decenal e Incremento da população da rural¹, 1940-2010

Períodos	Dados Percentuais		Dados Absolutos
	Crescimento geométrico anual	Crescimento decenal	Incremento decenal
1940-1950	1,83	19,83	4.978
1950-1960	-2,48	-22,25	-6.693
1960-1970	-1,18	-11,16	-2.611
1970-1980	1,23	12,96	2.694
1980-1991	0,33	3,74	877
1991-2000	-1,40	-11,91	-2.901
2000-2010	-0,60	-5,88	-1.262

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Notas: 1 - Apenas os dados da população rural do município; ou seja, às pessoas que vivem na zona rural do município.

Nos períodos de 1960 a 1970, a cidade apresentou crescimento anual negativo da população rural. Isso porque, nesse período, a população brasileira passava por um momento de transição demográfica, marcado pela redução de fecundidade, sobretudo, pela forte presença feminina no mercado de trabalho e acesso a métodos anticoncepcionais, bem como ao avanço da medicina. Esses fatores contribuíram para que a redução da mortalidade da população das cidades brasileiras fosse mais intensa nesse período. Como dito, entre 1940 a 2010 a população rural apresentou novos índices de decréscimo anual, pois, nessa última década, a cidade foi marcada pela forte presença de atividade industrial, o que contribuiu para o “esvaziamento” do campo e a redução da

população rural, como é demonstrado nos dados referentes ao incremento decimal da população rural.

A taxa de crescimento da população urbana apresenta números significativos, como demonstra a Tabela 3. Ao analisar os dados sobre o crescimento geométrico anual percebe-se que a cidade obteve as maiores taxas no período inicial da urbanização brasileira, correspondente às décadas de 1950 a 1960, especificamente a última década, na qual a cidade já expunha de serviço como energia elétrica e prestações de outros serviços, como bancos. Em relação ao incremento decenal, constata-se, por meio dos dados, que a cidade possuiu maiores índices entre os períodos de 1940 a 1950. Esses números certamente estão relacionados ao fato da década de 1950, de acordo com dados do IBGE (1958), a produção industrial ter alcançado 5 milhões de cruzeiros e a cidade ter atingido o primeiro lugar na produção de farinha de mandioca, o que aponta para relação entre a produção do setor secundário e crescimento urbano.

Esse crescimento, evidentemente, foi essencial para o aumento da taxa de urbanização apresentado na tabela 4. A mesma representa o acréscimo da Taxa de Urbanização do município a partir do ano de 1940 até 2010, no qual é possível perceber que o crescimento urbano é mais expressivo a partir dos anos 2000. O crescimento da população municipal também alcançou números maiores a partir desse período e, conseqüentemente, ocorreu redução da população rural.

Tabela 3 - Santo Estevão: Taxa de crescimento geométrico anual, Taxa de crescimento decenal e incremento da população urbana¹, 1940-2010

Períodos	Dados Percentuais		Dados Absolutos
	Crescimento geométrico anual	Crescimento decenal	Incremento decenal
1940-1950	3,38	39,24	444,0
1950-1960	22,9	684,9	10.815
1960-1970	-9,38	-62,7	-7.766
1970-1980	4,79	59,6	2.759
1980-1991	5,01	71,3	5.267
1991-2000	5,04	55,6	7.039
2000-2010	3,47	40,6	7.997

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Notas: 1 - Apenas os dados da população urbana do Distrito-sede; ou seja, às pessoas que vivem na sede do município.

A Tabela 4 permite entender a importância do desenvolvimento econômico no crescimento urbano do município. Esses dados estão associados ao fato do município até 2000 ainda não possuir um mercado econômico que o permitisse gerar empregos e renda, mas, sobretudo, as dificuldades da vida no campo.

Tabela 4 - Santo Estevão: População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização; e Percentual da população da cidade sobre a total, 1940-2010

Períodos	Total	Rural	Urbana ¹	Taxa de Urbanização ²	Cidade ³	(%) cidade sobre total
1940	26.242	25.108	1.134	4,32	1.135	4,33
1950	31.665	30.086	1.579	4,99	1.579	4,99
1960	36.377	32.678	3.699	10,17	3.699	10,17
1970	25.140	20.880	4.530	18,02	4.530	18,02
1980	30.869	23.465	7.402	23,98	7.404	23,99
1991	37.007	24.355	12.654	34,19	12.654	34,19
2000	41.145	21.452	19.693	47,86	19.693	47,86
2010	47.880	20.190	27.690	57,83	27.690	57,83

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Notas: 1 - São incluídas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados;

2 - Percentual da população urbana sobre a total;

3 - Apenas os dados da população que vive na sede do município - a cidade.

Na Tabela 5, a qual apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) por setores, demonstra-se que a economia municipal entre os anos de 1949 a 1980 era fundamentada no setor primário, sendo o terciário e a indústria pouco expressivos. Entretanto, a partir de 1999 o setor primário passou a ser menos presente na economia municipal e os setores terciário e industrial passaram a ser a base do PIB municipal, sobretudo o primeiro, que envolve o comércio e os serviços.

Como demonstra a Tabela 5, o PIB do setor primário apresentou redução nos anos subsequentes após o 1949.

Isso porque a taxa de urbanização, a partir desse período, apresentou crescimento significativo pois a concentração da população no espaço urbano, sobretudo, tende a reduzir a produção primária. Outro fator, associado a redução no setor primário, foi o aumento da prestação de serviços e do comércio. O PIB do setor terciário, se comparando ao ano de 1949, apresentou aumento bastante expressivo, sobretudo, no ano de 2009. A indústria também tem sido fundamental no PIB municipal. Portanto, o aumento das atividades dos setores secundários e terciários, atualmente, apresentam os maiores no município.

Tabela 5 - Santo Estevão: Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%), 1939-2008

Setores	1949	1959	1970	1980	1999	1996	2009	2012
Agricultura	76,42	45,15	39,12	34,15	5,78	6,12	5,62	3,23
Serviços	22,78	49,67	45,02	36,73	82,77	82,90	72,17	68,70
Indústria	0,81	5,18	15,86	29,12	11,45	10,98	22,21	28,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: IPEA (2012); SEI (2011).

Nota: 1 - A partir de 2000, adotou-se uma nova metodologia para o cálculo do PIB;

2 - O comércio está incluso.

Entretanto, os dados de ocupação, ou seja, nos setores onde os trabalhadores estão ocupados, na Tabela 6, demonstram que nos últimos anos a atividade primária tem apresentado os maiores índices, o que aponta a necessidade de relativizar os dados do PIB. O setor terciário também apresentou crescimento expressivo e atingiu seu maior índice no período de 2010, fato que se encontra associado ao crescimento do comércio e da prestação de serviços, todavia, ligados ao Estado e à atividades agrícola.

A ocupação no setor secundário, como é possível identificar na Tabela 6, também obteve crescimento. Isso porque a atividade industrial se expandiu a partir dos

anos de 2000, com a instalação da DASS. O crescimento desse setor, evidentemente, contribuiu para o aumento da ocupação no setor terciário, pois o aumento da população urbana decorrente da ocupação industrial determinou, consequentemente, a necessidade de outros serviços e comércio. Contudo, é importante atentar-se para a ocupação primária, cujos dados demonstram que essa ainda lidera o índice de ocupação no município. Fato que certamente encontra-se relacionado aos setores secundários e terciários não absorverem a maioria da população economicamente ativa. Agrega-se, também, a população que ainda mantém fortes relações como o campo.

Tabela 6 - Percentuais de Ocupação nos setores primário, secundário, construção civil e terciário no município de Santo Estevão, por década, 1970-2010

Períodos	Primário	Indústria	Construção Civil	Terciário
2010	37,15	13,0	6,54	43,3
2000	54,68	3,97	6,37	34,98
1991	54,48	3,35	12,54	29,63
1980	65,78	4,00	11,73	17,96
1970	41,5	4,92		6,77

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Diante dos dados exposto, a cidade de Santo Estevão possui uma importância econômica e comercial, o que contribuiu para seu crescimento populacional, urbano e econômico. Entretanto, por mais que o município tenha passado por um aumento relativo de urbanização, ainda possui grande relação com a vida rural.

Sendo assim, por mais que a taxa de crescimento da população rural tenha sido reduzida nas últimas décadas, especificamente, e a de urbanização aumentado, bem como a concentração populacional na cidade, a relação de Santo Estevão com o campo ainda é relevante para a economia municipal. Ademais, deve entender-se Santo Estevão como uma cidade pequena com importância para seus municípios circunvizinhos, como Ipecaetá, Rafael Jambeiro e Antônio Cardoso, que, por não possuírem a infraestrutura bancário, educacional, comercial e de saúde, acabam utilizando esses serviços no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas demonstram como o município de Santo Estevão tem apresentando mudanças na sua estrutura socioeconômica nas últimas décadas. Isso porque as cidades pequenas têm desenvolvido papéis cada vez mais importantes em suas hinterlândias, como estudado, cuja implantação da indústria de calçados e, consequentemente, os investimentos em infraestrutura urbana e de serviços permitiram ao município se sobressair econômica e socialmente frente aos municípios limítrofes.

Diante disso, compreende-se que as mudanças ocorridas na cidade de Santo Estevão, como crescimento populacional, urbano e econômico, assim como nas demais cidades brasileiras, tiveram início com as transformações que o processo de industrialização implicou no meio social e consolidaram-se com a chegada da fábrica de calçados. Entende-se que Santo Estevão é uma cidade que, embora pequena, possui grande importância, mesmo essa ainda seja carente de investimentos na área da saúde e de ensino superior, por exemplo.

Entretanto, o presente artigo apontou também a carência de estudos voltados às cidades pequenas, pois, no âmbito da Geografia, ainda que avanços tenham ocorrido, existem lacunas de trabalhos científicos acerca da referida temática, o torna um desafio referenciar e conceituar a pequena cidade.

REFERÊNCIAS

CORRÊA. Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: GEOUSP - **Espaço e Tempo**, 30, São Paulo: GEOUSP, p. 5-12, 2011.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Revista território**, ano IV, nº 6, p. 43-53 jan./jun. 1999.

DAMIANI. Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo. p. 135 -147, Dez, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. In: **Mercator-Revista de Geografia da UFC**. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, vol. 9, nº. 20, p. 75-81. Set/Dez, 2010.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>, acesso: 09 de abr. 2016.

_____. Censo demográfico. Cidades. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1958.

LOPES. Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: LOPES, Diva Maria Ferlin. HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. v. 87, 77-90.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas**. 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/212792866/Cidade-Spe-Quen-as-Como-Defini-Las>>, acesso: 09 de abr. 2016.

OLIVEIRA. Ildo Rodrigues. Fábrica de calçados e implicações socioespaciais na cidade de Santo Estevão – Bahia. **Anais do VII CBG**. VII, 1-11, Ag. 2004.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em minas gerais**. 2010. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/04.pdf>>, acesso: 01 de abr. 2017.